



CRIANÇAS durante a dança do torém, um dos símbolos culturais de resistência do aldeamento Tremembé em Itarema. Região é um das indicações em projetos para instalação de eólicas offshore

Tremembés temem perder acesso e rejeitam eólicas no mar



CLÁUDIO RIBEIRO

claudioribeiro@opovo.com.br

| ENERGIA | No aldeamento indígena em Itarema, os tremembés temem que as eólicas offshore causem danos semelhantes de restrição de acesso ao mar como aconteceu com as áreas ocupadas pelas torres no solo

No pátio da Escola Indígena Maria Venância, em Itarema, as crianças fazem fila para as pinturas corporais. Tinta à base de jenipapo marcando o rosto, braços e pernas. A formação em círculo, mãos dadas, e seguem o ritmo da marcação percussiva de dois aguains (maracás) e do atabaque. Os cantos são em português, mas na língua nativa poromongüetá, versos que falam de apindaiti ou pirassaba (pescaria), rá (colheita), momeuçabas (lenda), Nhêmuapy (lutar).

A tradição de cantar e dançar o torém tem pedagogia, brincadeira, o sagrado, mas o significado principal é o da resistência. Na experiência de quase duas décadas atrás, quando houve a intenção dos projetos eólicos onshore (no continente) de se instalarem dentro do aldeamento, o povo tremembé de Almofala rechaçou a proposta. Foram discussões acaloradas, não queriam o território atravessado, e as empresas refizeram os planos. A crítica e repulsa dos tremembés é ainda maior quanto à perspectiva das eólicas offshore serem instaladas no oceano diante deles.

“Temos consciência que é uma energia mais limpa comparada com outras fontes de energia, mas quero que alguém prove que não tem impactos ambientais. É só observar onde foram

colocadas as torres que estão aí hoje. Tem que abrir estrada, que só faz se entupir lagoa, córrego. E quando é implantada não existe mais o livre acesso na região. No mar é mais delicado ainda. É mais devastador que na terra”, define Getúlio Santos, 38, diretor da unidade de ensino.

No Ceará, o Ibama recebeu pedidos de licenciamento ambiental para 11 grandes parques eólicos serem erguidos dentro do mar territorial. Previsão de um primeiro deles surgir a partir de 2027. Os tremembés estariam na iminência de terem quatro desses projetos nas águas mais próximas - entre Itarema e a vizinha Amontada, mas se estendendo por Acaraú, Camocim, por onde navegam em pescaria. Além do conceito de energia renovável, um dos argumentos é de que, no ambiente marinho, a capacidade produtiva seria maior do que a dos complexos onshore.

“O mar é vida, é parte de nós, é uma segunda casa. O mar dá alimento. Grande parte da população indígena daqui ou a maioria ainda sobrevive só da pesca e da roça. Como vai ser? Estão engolindo a gente com essa eólicas por todos os lados”, reclama Janiel Marques, 28, educador,



O mar é vida, é parte de nós, é uma segunda casa.

JANIEL MARQUES, educador

nascido na aldeia. Moram 800 famílias nas terras tremembés próximas. Ele recorre a um trocadilho para imaginar o cenário novamente alterado. “Dizem que essa é uma energia limpa. Mas é porque ela vem e limpa tudo

mesmo. Limpa todo o ecossistema local, fauna e flora. Desmata para implantar (as torres). Eram ambientes só de matas nativas, tirávamos nossas plantas medicinais. A gente acha que no mar vai ser igual ou pior”, prevê.

Na região, os aerogeradores estão por cima ou no entorno de dunas, lagoas, riachos, em áreas de mata e mangue que são/eram do uso diário para a etnia. “Nem sei quantas torres têm”, admite Janiel. Getúlio Tremembé, formado em magistério indígena superior, com licenciatura intercultural, fez parte desde as primeiras reuniões de meados dos anos 2000, prévias à chegada dos primeiros aerogeradores. “Foram momentos tensos, queriam colocar bem mais próximo do nosso território. As torres ficadas ainda estariam na área tremembé, mas dentro do que ficou fora do estudo antropológico, do que não foi delimitado”, recorda o diretor. A área é de 4.900 hectares. O processo de demarcação segue em análise judicial e administrativa.

Dos danos percebidos na região, um envolve um dos maiores peixes do mar local. “Algumas eólicas são muito perto do mangue e a gente já tá sentindo falta

de alguns peixes. O camurupim entra na barra do rio para desovar e ele não tá fazendo mais isso. É por conta do barulho das torres”, acredita Janiel. Os caranguejos também estariam se afastando. Os pescadores falam que, de dentro do mar, se ouve o barulho e a vibração das eólicas do continente. Nos currais marinhos, técnica usada pelos povos tradicionais para capturas em maior quantidade, o peixe estaria se afastando.

As dúvidas dos projetos offshore se estendem de volta para o continente. Ninguém da aldeia sabe ainda como serão fixadas as linhas de transmissão, se os cabos submarinos cruzarão as terras do aldeamento. “Até agora nenhuma empresa veio para conversar”, afirma o educador.

Uma das disciplinas da escola chama Saberes Tremembés de Mar, Céu e Terra. São aulas do ensino médio e a maioria não é dentro de sala. O professor é o próprio avô de Janiel, o cacique João Venância, que foi pescador por muitos anos. É ele que repassa as práticas de várias gerações da etnia, ensinamento ancestral. O ensinamento ancestral preserva a atividade. As torres offshore, que poderão surgir onde hoje ainda é o mar aberto, projetam um novo momento da resistência tremembé.”



OP+
SÉRIE

Na primeira matéria da série, **O POVO** mostra que as comunidades costeiras tradicionais cobram informações sobre os projetos das eólicas offshore. Leia em: mais.opovo.com.br



PERIGO

Na área próxima à praia da Tijuca, onde já existem eólicas onshore no entorno do aldeamento, uma placa próxima à cerca faz o alerta: “PERIGO. Rede elétrica subterrânea. Proibido escavar nas proximidades. RISCO DE MORTE”.

Retirada de mata nativa é confirmada

| DOCUMENTO NO IBAMA | O POVO teve acesso a duas Fichas de Caracterização de Atividades (FCA). Investidores admitem retirada de mata nativa e impacto em atividades tradicionais

FCO FONTENELE



PARQUE eólico ao lado do mangue do rio Aracatiáçu, em Amontada: tremembés temem resultado de eólicas no mar para comunidade

As Fichas de Caracterização de Atividades (FCA) dos complexos eólicos offshore descrevem como será a inserção das novas estruturas quando precisarem chegar ao continente. Elas trazem os dados detalhados das futuras operações de transferência da energia produzida. O POVO teve acesso a duas dessas FCAs, dos projetos Jangada e Asa Branca I.

A FCA traz um questionário, feito pelo Ibama, em que o grupo investidor marca “Sim” ou “Não” se haverá previsão de impactos ambientais, socioeconômicos ou físicos, em situações diversas. O Complexo Eólico Marítimo Asa Branca I marcou “Sim” em quatro possibilidades de impactos: “previsão de “supressão de vegetação nativa”; “impacto ambiental (direto ou indireto) em bens culturais acatueados em âmbito Federal, nos termos da legislação vigente”; “impacto socioambiental (direto ou indireto) nas atividades tradicionais, culturais, sociais, econômicas ou de lazer”; e “impacto (direto ou indireto) em meio aquático”.

O Jangada admitiu possíveis impactos diretos ou indiretos em somente duas situações: “previsão de impacto socioambiental



O linhão do Asa Branca I cruzará os municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru até o Pecém.

nas atividades tradicionais, culturais, sociais, econômicas ou de lazer”; “previsão de impacto em meio aquático”.

No Asa Branca I, a energia começa seu caminho na costa a partir de equipamentos instalados na praia de Moitas, em Amontada, seguindo por “uma linha de transmissão de 230 kV (kilovolt) com 116,68 km de extensão e 24 torres de transmissão”. A energia será transferida até a Subestação Pecém II 230/500 kV (nível de tensão),

localizada na beira da CE-085 (rodovia Estruturante). Segundo o documento, esse linhão do Asa Branca I cruzará os municípios de Itapipoca, Trairi, Paraipaba, Paracuru até o Pecém.

No projeto Jangada, a energia produzida será transferida por 91 km de linhas de transmissão, também até a subestação Pecém II, com nível de tensão em 500 kv. Não é especificado o trajeto do linhão. Os cabos submarinos saem do mar e entram na costa, subterrâneos, a partir do litoral de Itapipoca. De lá serão conectados aos linhões de transmissão.

Quando estiver em funcionamento, o Asa Branca I prevê uma base local de operações e de manutenção programada na Barra do Rio Aracatiáçu, ainda no Distrito de Moitas, com acesso ao mar de lancha de transporte de pessoal pelo leito do rio. O projeto deverá ter radares para monitoramento meteorológico, oceanográfico e ornitológico - presença de aves na região.

A FCA de cada projeto está protocolada pelas empresas no processo para licenciamento e não pode ser editada após a confirmação de conclusão do envio ao Ibama.

Bióloga. Alanna Carneiro

“Nossa opinião está sendo deixada de lado”

A bióloga Alanna Carneiro, presidente da ONG Eco Icarai, de Amontada, diz que os povos tradicionais do litoral (pescadores artesanais, assentados, indígenas, camponeses) precisam ser ouvidos e consultados previamente sobre a proposta das eólicas ocuparem o mar cearense. Ela cobra a aplicação de acordo internacional, do qual o Brasil é signatário. “A gente aqui não foi informado, não teve nenhuma audiência pública, não tivemos nenhum órgão licenciador vindo até as comunidades informar como esses projetos vão acontecer e querendo saber nossa opinião sobre isso”.

O POVO - Qual a mobilização atual das comunidades do litoral oeste do Ceará em relação aos projetos de eólicas offshore?

Alanna Carneiro - A gente vem se preocupando há algum tempo com todos esses projetos de energia eólica dentro do mar. A gente sabe que são projetos que vão acabar com a soberania alimentar dos povos e comunidades tradicionais, principalmente dos pescadores artesanais, camponeses, assentados e indígenas que habitam essas áreas do litoral oeste. As comunidades estão se empoderando do assunto para justamente cobrar que pelo menos haja o processo de consulta livre prévia informada.

O POVO - Você fez um percurso por gabinetes de Brasília para levar essa causa da chegada das eólicas offshore. Qual a perspectiva de esses projetos acontecerem de vez?

Alanna - O nosso intuito de ir a Brasília, nesse plano de advocacy (agenda de reuniões para defesa antecipada e lançar argumentos em torno de uma causa), foi justamente criar uma agenda de incidência na política brasileira, para que os povos e comunidades desses territórios

possam influenciar na tomada de decisão. A gente quer ser consultado. A gente aqui não foi informado, não teve nenhuma audiência pública, não tivemos nenhum órgão licenciador vindo até as comunidades informar como esses projetos vão acontecer e querendo saber nossa opinião sobre isso. Nossa opinião está sendo deixada de lado e nosso território acaba sendo vendido para empreendedores espalhados pelo mundo.

O POVO - Qual a perspectiva de tempo para que esses projetos sejam instalados dentro do mar?

Alanna - A gente espera que efetivamente essas obras não aconteçam, mas há uma previsão estimada de dois a três anos para que comecem as licenças de instalação (obras). Eles ainda têm que passar por todos os processos de licenciamento. O órgão que está cuidando disso é o Ibama. A gente fica muito em alerta acompanhando essas etapas porque nunca sabe ao certo quando essas obras vão começar.

O POVO - Quantos parques estão propostos aqui para a região em frente a Amontada?

Alanna - Até o momento, pela informação do último mapeamento do Ibama, estão propostos sete parques eólicos para o litoral oeste, sendo quatro nessa região próxima de Trairi a Itarema. Isso preocupa porque a gente tem aqui uma pescaria muito forte e a gente sabe que a implementação desses parques vai trazer uma privatização do mar. E alterações ambientais que vão ser irreversíveis. E esses conflitos relacionando energias renováveis com questões socioambientais estão cada vez mais presentes nos povos e comunidades tradicionais.



Ficha. Asa Branca I

Novo projeto terá base na foz de rio

POVOADO

O povoado de Barra de Moitas começou a se formar por volta da década de 1940. A família da tia-avó de Neto, tia de seu pai, foi a primeira a ocupar a região. Na longa permanência, mais moradores se agregaram ao local vivendo basicamente de agricultura e pesca.

A foz do rio Aracatiáçu deverá sediar a base de apoio e manutenção de um dos parques eólicos offshore previstos para o mar em frente às praias do município de Amontada. Assim está informado na Ficha de Caracterização de Atividade (FCA) do projeto Asa Branca I repassada ao Ibama. A empresa responsável já teria um imóvel previsto para locar ou adquirir e usá-lo como um dos pontos do projeto.

O passeio de barco pelo Aracatiáçu é um dos principais atrativos para quem vai à praia de Moitas, em Amontada. A região é encontro de rio e mar, cercado de vegetação de mangue e com dunas no entorno. Em poromon-güetá, a língua nativa dos índios tremembés que habitam a região, aracatiáçu que dizer brisa cheirosa que vem do mar. É num trecho do passeio que o visitante

constata como a inserção das eólicas no cenário é impactante.

De repente, o visual natural é interrompido por uma fileira de aerogeradores de um complexo onshore. Os equipamentos aparecem por cima de uma duna que desce para dentro da água. Pela altura, toma a atenção sobre o restante da paisagem.

Pedro de Sousa Neto, 50, pescador e liderança no Assentamento Rural Barra de Moitas, fala dos receios sobre o novo projeto. Sem informações das empresas, o principal temor é de que não possam mais pescar. “Nós nascemos aqui, somos pescadores. Chegar e dizer ‘tu não vai mais poder pescar ali’. Isso é de correr água nos olhos. É como se dissessem ‘a partir de hoje o vento é meu e o mar é meu também’”, compara.

Ainda não há informações específicas sobre o percurso das

linhas de transmissão e dos cabos submarinos e subterrâneos ligados às torres no mar. Eles aguardam esse detalhamento. A região de Amontada já tem subestação para o parque onshore. A energia produzida será transmitida até o Pecém, em São Gonçalo do Amarante. “Aqui vai correr muito cabo de aço no mar. A gente fica até com medo de uma âncora encostar num desses. A profissão da gente é a pesca, no rio, no mar. Se tirar a gente do mar, matou a gente”, imagina Edivaldo Gonçalves, 33, um dos 60 barqueiros no Aracatiáçu.

Neto lembra quando a ideia inicial do parque onshore já instalado era que os aerogeradores fossem fixados mais em cima das dunas e mais dentro do mangue. Segundo ele, a comunidade enfrentou e conseguiu mudar a proposta original.